



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2018v6n2p53-60

AS PRÁXIS DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL UM DESAFIO A SER ALCANÇADO NA ACADEMIA

THE PRACTICES OF SUSTAINABILITY IN PUBLIC ADMINISTRATION - ENVIRONMENTAL EDUCATION A CHALLENGE TO BE ACHIEVED IN THE ACADEMY

LAS PRÁCTICAS DE LA SOSTENIBILIDAD EN LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA - LA EDUCACIÓN AMBIENTAL UN DESAFÍO A SER ALCANZADO EN LA ACADEMIA

Izaclaudia Santana da Cruz¹
Adelmice Vilela de Almeida Novais³

Isabel Cristina Barreto Andrade²
Kátia Viana de Souza⁴

RESUMO

Este trabalho propõe-se a pesquisar sobre a aplicabilidade de conceitos de sustentabilidade em órgãos públicos, em especial com relação à adesão a projetos de cunho sustentáveis no campo educacional e que estão calçados nos argumentos das políticas públicas. Através de uma pesquisa aplicada em unidades de uma autarquia municipal, no município de Ilha das Flores /SE/BRASIL, Baixo São Francisco, foi perguntado para os gestores (executivo) qual a percepção e conhecimento destes com relação à adoção de medidas de projetos vinculados para a inserção de projetos que reduzam passivos ambientais e conseqüentemente custos para o município. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o levantamento de dados; a pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e na legislação vigente como fontes para a coleta

de informações e para a construção do referencial teórico. Os resultados desta pesquisa indicam que a maioria dos gestores públicos pesquisados desconhece a importância da sustentabilidade como um aliado ao progresso local. Desta forma, considerando o valor da sustentabilidade na administração pública como um suporte no processo de desenvolvimento: social, ambiental e econômico. Tendo em vista a efetividade e a aplicabilidade no processo de planejamento estratégico das instituições públicas com vistas ao envolvimento das pessoas para obtenção de resultados a curto, médio e longo prazo.

PALAVRAS CHAVE

Políticas Públicas. Sustentabilidade. Educação.

ABSTRACT

This paper proposes to research the applicability of sustainability concepts in public agencies, particularly with respect to adherence to sustainable nature of projects that are shod in the arguments of public policy. Through applied research in units of a local authority in the island municipality of Flores / SE / BRAZIL, Baixo São Francisco, was asked for managers (executive) the perception and knowledge of these regarding the adoption of linked projects measures for the inclusion of projects that reduce environmental liabilities and consequently costs for the municipality. The methodology used in this research was the survey data; bibliographical research carried out in books, articles and current legislation as sources for gathering information and for the construction of the

theoretical framework. The results of this survey indicate that the majority of public managers surveyed unaware of the importance of sustainability as an ally to local progress. Thus, considering the value of sustainability in public administration as a support in the development process: social, environmental and economic. In view of the effectiveness and applicability in the strategic planning process of public institutions with a view to the involvement of people to obtain short, medium and long-term results.

KEYWORDS

Public Policy. Sustainability. Education.

RESUMEN

En este trabajo se propone investigar la aplicabilidad de los conceptos de sostenibilidad en las entidades públicas, en particular con respecto a la adhesión a la naturaleza sostenible de proyectos que están calzados en los argumentos de las políticas públicas. A través de la investigación aplicada en unidades de la autoridad local en el municipio de Ilha das Flores/SE/BRASIL, Baixo São Francisco, fue preguntado por los administradores (ejecutivo) la percepción y el conocimiento de estos con respecto a la adopción de medidas de proyectos vinculados a la inclusión de proyectos que reduzcan pasivos ambientales y, por lo tanto, los costes para el municipio. La metodología utilizada en esta investigación fue el levantamiento de información; investigación bibliográfica en libros, artículos y las leyes vigentes para la construcción del mar-

co teórico. Los resultados de esta encuesta indican que la mayoría de los gestores públicos encuestados conscientes de la importancia de la sostenibilidad de un aliado al progreso sitio. Por lo tanto, Teniendo en cuenta el valor de la sostenibilidad en la administración pública para apoyar en el proceso de desarrollo: social, ambiental y económico. En vista de la eficacia y aplicabilidad en el proceso de planificación estratégica de las instituciones públicas con fines a la participación de las personas a obtener a corto, mediano y largo plazo los resultados.

PALABRAS CLAVE

Políticas Públicas. Sostenibilidad. Educación.

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental enfrentada pela sociedade contemporânea é fruto do modelo de modernidade imposto pelo domínio da razão tecnológica sobre a natureza. De qualquer modo, essa crise ambiental vivenciada nos tempos atuais, decorre do esgotamento do padrão de desenvolvimento adotado pela sociedade moderna, baseado no consumismo desenfreado e acompanhado de elevada desigualdade social.

Constatou-se que os impactos ambientais provocados pelo homem, provenientes da exploração do meio ambiente para obtenção dos recursos naturais, estão, de forma desenfreada e descomprometida de qualquer vínculo com o meio natural. A inclusão de políticas públicas – abrindo vistas no meio acadêmico será uma oportunidade de que a academia possa desempenhar o seu papel de formar cidadãos brilhantes e envolvidos com a responsabilidade socioambiental.

O que se fomenta é a aceleração da produção de bens e serviços, indispensáveis a sua subsistência, o que tem motivado os órgãos públicos na busca de novas alternativas para solucionar esses problemas que ameaçam a continuidade da existência humana.

De acordo com a WWF - Brasil (2016), uma Organização não governamental (ONG) brasileira participante de uma rede internacional e comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto social, ambiental e econômico brasileiro a expressão desenvolvimento sustentável (DS) é definida como: “O desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

Atentos com as questões ambientais que se constituem como uma advertência à sobrevivência no planeta e na busca de soluções, institutos governamentais agruparam-se durante a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio

Ambiente, em 1972, em Estocolmo. Outro marco importante foi à realização da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro em 1992, nesse momento é elaborada a Agenda 21, tida como uma das principais conquistas daquela conferência. Fomentando instrumentos e diretrizes do DS que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2016).

Uma vez elucidada a relevância do papel exercido pela administração pública em questões desta magnitude, o Ministério do Meio Ambiente lançou em 1999 a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, como um projeto que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da Administração Pública (MMA, 2016).

Nesse sentido, o presente artigo tem por finalidade proporcionar um cenário das ações socioambientais desenvolvidas pela Administração Pública no enfrentamento das questões ambientais, enquanto se amplia a busca por bens e serviços de forma desenfreada. A necessidade eminente por transformações de paradigma neste sentido. Uma vez que a inserção de princípios sustentáveis na gestão pública exige a adoção de novas atitudes e práticas por parte, principalmente, dos seus gestores, o processo educacional à natureza humana a regras por meio da disciplina e da:

[...] cultivação, civilização e da moralização. Esta função não pode ser cumprida pelo professor que transmite informações, mas pelo educador que educa para a vida. “O bom professor”, assim Annemarie Pieper resume o pensamento de Kant, deve estar, ele mesmo, comprometido com a ideia de liberdade, a qual é ao mesmo tempo o objetivo de sua atividade educativa na medida em que almeja transformar o educando num cidadão esclarecido, maduro, autônomo, capaz de autodeterminar-se e responder por seus atos. (PIEPER, 2003, p. 143).

O grande desafio consiste em minimizar os impactos sociais por meio da educação, inserir projetos de educação ambiental no âmbito da escola, argumentar, fomentar práticas desse nível. Trata-se de resultados e procedimentos educacionais cotidianos que por falta de uma gestão básica exequível, deixam vulneráveis ações gerenciais que seriam facilmente solucionadas com a inclusão de planejamentos estratégicos de cunho educacional.

No decorrer da pesquisa, foi selecionado para melhor compreensão do cenário encontrado na área de estudo, representantes do poder executivo municipal (prefeito e vereadores) para aplicação de pesquisa. Os dados foram coletados no segundo semestre de 2015, utilizou-se questionários semiestruturados, tomando-se como base a conceituação de Bardin (2006), bem como as etapas da técnica explicitadas por este autor.

A opção por Bardin (2006) dar-se pelo fato de que é o mais citado no Brasil em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica para averiguação de dados. Bardin (2006, p. 38) refere que “[...] a análise de conteúdo consiste em: um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que objetiva suplantar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2010, p. 127), “[...] o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Assim, este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção seguinte apresentam-se a evolução das questões ambientais e alguns conceitos de sustentabilidade, bem como um apontamento do uso racional dos recursos naturais. A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos adotados, tais como estratégia de pesquisa, coleta e análise dos dados. A quarta seção traz resultados e discussões obtidos. Por fim, as conclusões.

2 O CAMINHAR DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NA BUSCA PELA SENSIBILIZAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS

As constantes mudanças ambientais em curso, os alertas de riscos iminentes quanto à escassez dos recursos naturais, proliferação da fome e da miséria e as evidentes catástrofes humanas e econômicas que colocam em risco a sobrevivência do homem e expõe o ambiente natural. Tem-se apresentado nestas últimas décadas como um dado preocupante para a sociedade como um todo.

O Estado, os órgãos públicos e os diversos organismos de fomento, tanto nacionais, quanto internacionais seguem em idêntica direção, na busca de soluções para frear de alguma forma a degradação ambiental que caminha a passos galopantes para o caos, no entanto, observa-se que, estes, esbaram-se nos interesses econômicos e de consumismo.

A questão está em um despertar da consciência ambiental quanto à necessidade de harmonizar o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. No entanto, nota-se que o discurso é intensificado sobre a necessidade de agir no presente, sem a atenção devida para um olhar do futuro.

O propósito frenético e imprescindível percorre a maior atenção aos dados favoráveis aos índices de crescimento econômicos atuais. Pontuam-se nas mesas dos grandes acionistas a lucratividade e a liquidez, alicerçadas nos fatores de produção e consumo, todos embriagados pelo enriquecimento pontual, sem demonstrar qualquer preocupação que podem afetar a estabilidade econômica e ambiental no futuro.

Segundo Camargo (2007, p. 82) ao longo do século XX, presencia-se uma grande transformação na relação do homem com a natureza, sobretudo na percepção que os seres humanos têm da natureza e dos problemas ambientais: “As décadas que se seguem à segunda grande guerra mundial são fortemente marcadas pela discussão a respeito do modelo de desenvolvimento e crescimento econômico predominante desde a Revolução Industrial”.

Em 1945, foi criada a ONU, que desde a sua fundação destaca temas como a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo, vindo mais tarde a ter um papel fundamental nas questões relacionadas aos problemas ambientais, quando a proteção ambiental assumiu a quarta posição no universo das principais preocupações das Nações Unidas (DIAS, 2008).

Em 1987, no texto do Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, apresenta-se ao mundo a noção de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Frente a essa perspectiva, esse Relatório propõe um conjunto de medidas voltadas para o DS, tendo em conta a preservação do meio ambiente e a utilização criteriosa de recursos naturais (CAMARGO, 2007).

No setor público, o governo tem papel fundamental na consolidação do DS, por ser o responsável pelo estabelecimento das leis e normas que definem os critérios ambientais que devem ser seguidos por todos os cidadãos. Faz-se necessário a promoção de atitude coerente, responsabilizando-se também por ajustar seu comportamento ao princípio da sustentabilidade, tornando-se exemplo de mudança dos padrões de consumo e de produção.

Nas últimas décadas a gestão pública brasileira passou por diversas mudanças, buscando, sobretudo, a ampliação da eficiência dos fatores de produção e da qualidade dos serviços oferecidos, com o intuito de promover a trajetória da gestão patrimonial e burocrática da administração pública para a gerencial. (BARBIERI, 2011).

Na primeira metade do século XX, contrapondo à administração burocrática, que já não desempenhava seu papel, apareceu a administração pública gerencial, como estratégia para diminuir custos e tornar mais eficiente a administração dos serviços sob a responsabilidade do Estado; como ferramenta de amparo ao patrimônio público e para amenizar a insatisfação existente contra a administração pública burocrática.

Quanto ao consumo dos recursos naturais, estes, já excede em 30% a capacidade do planeta de se regenerar. Estudiosos indicam que em torno do ano 2030, caso nenhum procedimento contrário for tomado, seriam preciso mais dois planetas para manter a vida humana da forma que vem sendo exercida e absorvida pelo seu processo de exploração (ALLGLERI, 2009). Conseqüentemente, a proteção ambiental, em face da crescente demanda como a potencialização de novas possibilidades de oferta ambiental adquiriu importância extraordinária cuja influência sobre o desenvolvimento se torna cada vez mais relevante (BARBIERI, 2011).

Outra questão que vem sendo exaustivamente elucidada é a cultura do desperdício, esta, tem se constituído como a marca dos nossos tempos; marca essa fruto de um modelo econômico apoiado em padrões de consumo e produção insustentáveis, que ultrapassam as camadas de alta renda e paradoxalmente atinge as camadas menos favorecidas. A economia brasileira caracteriza-se por elevado nível de desperdício de recursos naturais.

3 MÉTODO

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o levantamento de dados e a pesquisa bibliográfica realizada em: livros, legislação vigente, artigos; dissertações, periódicos como fontes para a coleta de informações e alicerçamento do referencial teórico.

Para a coleta das informações para a pesquisa foi aplicado um questionário contendo duas perguntas fechadas, para 10 (dez) gestores públicos municipais, sendo um, membro do poder executivo e os outros 09 (nove) da câmara dos vereadores (legislativo) das repartições onde exercem suas funções.

A pesquisa foi efetuada entre os dias 2 a 10 de junho de 2014. O objetivo do questionário foi verificar se os gestores públicos têm praticado alternativas para o desempenho da sustentabilidade e se utiliza das ferramentas gerenciais públicas no sentido de

realizaram ações para a diminuição de despesas, o que permitiria direcionamento dos recursos financeiros para melhoria das atividades realizadas, principalmente na educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção será apresentada a análise dos resultados obtidos pelo meio da aplicação dos questionários. No primeiro momento perguntamos se os gestores conhecem o significado da sustentabilidade. Dentro desta linha, num primeiro aspecto a ser notado é o total desconhecimento por parte dos gestores do que venha a ser a sustentabilidade e como esta pode auxiliá-lo no momento de tomada de decisão e no gerenciamento dos recursos públicos.

Quase 92% dos entrevistados não conhecem o significado de que venha a ser a sustentabilidade, apresentando um leve conhecimento. Desta feita, faz-se necessária uma comunicação e empenho por parte dos gestores, em nível estratégico, para dispersão dos desafios da sustentabilidade e sua representatividade para uma organização pública.

A outra questão diz respeito ao conhecimento, dos gestores, de como o seu município pode ser beneficiado com a inclusão de projetos que contemplem metas e ações de cunho sustentável, nas escolas de ensino fundamental que venham a diminuir as despesas até o ano do pleito político vigente, ou seja, ações e metas que podem ser cumpridas até o ano de 2016 para diminuição de despesas administrativas municipais e, além disso, poder contribuir com a inserção do conhecimento e posterior compromisso em educar os cidadãos para a responsabilidade socioambiental.

No tocante aos gestores que conhecem o que significa e a importância da sustentabilidade é que realizaram ações para a redução de despesas, utilizando-se deste conhecimento. Os gestores ainda falaram que a aplicação de práticas sustentáveis ajudaram na análise, aplicação e controle das despesas administrativas municipais.

Contudo, o discurso da sustentabilidade, presente nas organizações, principalmente, nos órgãos públi-

cos, não é ressaltada na prática administrativa habitualmente (COSTA; TEODÓSIO, 2016). Portanto, faz-se necessário o envolvimento de todos os gestores nas decisões administrativas, principalmente, na esfera municipal, onde todos os municípios irão se beneficiar com tais procedimentos. Tendo, por certo, que se sintam realmente parte da organização e se empenhem com as ações e as metas da sustentabilidade.

5 CONCLUSÕES

Nessa perspectiva, é imprescindível usar racionalmente os recursos naturais, tendo como ponto inicial a sensibilização e o comprometimento dos gestores públicos para com os preceitos da sustentabilidade, adicionando essa prática na educação. A alta direção comprometida com a utilização dos bens públicos minimizará o desperdício dos recursos naturais. É importante elucidar que este eixo engloba o uso racional de recursos não renováveis, como: energia elétrica, água, combustíveis fósseis, madeira além de outros.

De forma abrangente, tem-se que o uso racional dos recursos naturais faz com que a Administração Pública cumpra seu papel com um menor impacto ambiental possível, seja pela redução dos recursos naturais usados, como pela sensibilização dos gestores públicos. O certo é que o processo deve ser uma constante nos procedimentos de políticas públicas e, fundamentalmente, no planejamento administrativo municipal.

É interessante ressaltar que, tradicionalmente, este procedimento tinha um caráter fixo, hoje, por conta da realidade em permanente mudança, é uma adaptação sempre inacabada, o que por um lado é bom, pois, mostra que caminhamos para a construção, e aqui, na edificação do saber, saber sustentável. “Este processo envolve o sujeito numa relação de troca constante com o curso da realidade que o expõe ao risco de uma submissão constante às urgências dessa realidade” (GOERGEN, 2005, p. 157).

O gestor público precisa entender a importância da educação ambiental para as futuras gerações, como essas questões podem trazer benefícios para o seu municí-

pio, sendo assim, o cruzamento entre a escola e a gestão pública, alicerçado em políticas públicas que contemplem a educação – será um diferencial estratégico educacional de grande valor para o município que o adotar.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 - **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2.ed. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

ALIGLERI, Lilian et al. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4.ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

COSTA, D.V.; TEODÓSIO, A. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des) articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v.12, n.3, p. 114-115. Maio-junho.

CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 4.ed. Campinas: Papirus, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **A3P- Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PIEPER, A. **Einführung in die Ethik**. Tübingen: A. Francke, 2003.

WWF - Brasil. **O que é sustentabilidade?** Disponível em:<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_susSustentavel/>. Acesso em: 22 mar. 2016.

1 Professora Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe – UFS; Tecnóloga em Saneamento Ambiental. E-mail: izaclaudiasantana@yahoo.com.br

2 Professora Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe – UFS; Bacharel em Administração; Grupo de pesquisa Acua. E-mail: icbandrade@yahoo.com.br

3 Professora Especialista em Pedagogia Empresarial pela Faculdade Atlântico, Aracaju-SE; Licenciada em Letras Habilitação Português; Bacharel em Comunicação Social. E-mail: delrrpp@hotmail.com

4 Professora Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes – UNIT; Bacharel em Administração; Grupo de pesquisa gastronomia: Gênero e Relações Interpessoais. E-mail: kvsouza@uol.com.br

Recebido em: 25 de Outubro de 2017
Avaliado em: 26 de Novembro de 2017
Aceito em: 3 de Dezembro de 2017
